



DIÁLOGO SOBRE A CIDADANIA NA BNCC NUMA PERSPECTIVA FREIREANA

DIALOGUE ON CITIZENSHIP IN THE BNCC FROM A FREIREAN PERSPECTIVE

DIÁLOGO SOBRE CIUDADANÍA EN EL BNCC DESDE UNA PERSPECTIVA FREIREANA

Marlene Koldehoff

Instituto Federal Catarinense, Concórdia, Santa Catarina, Brasil,
marlene.koldehoff@gmail.com

Adriana Maria Andreis

Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, Santa Catarina, Brasil,
adriana.andreis@uffs.edu.br

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir a perspectiva de emancipação humana e de cidadania apresentada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), fazendo, desse modo, uma conexão e um diálogo com a perspectiva freiriana. O problema norteador consiste na seguinte investigação: Qual a contribuição da BNCC para promover uma formação na perspectiva cidadã e de sujeitos humanamente emancipados? O estudo envolveu pesquisa bibliográfica e documental, pautada na hermenêutica dialógica e amparada em elementos da Análise Textual Discursiva (ATD). Os autores fundamentais para o estudo incluem Copatti e Andreis (2021), Simões e Andreis (2019), Freire (1974, 2004, 2001), Gadotti (2013) e Silva e Estormovski (2023). A pesquisa indica que a formação para a cidadania, a partir dessa política, caminha na direção de uma visão encurtada do mundo, com precária contribuição para a educação emancipatória humanística e, em boa medida, imputando à escola o compromisso de encontrar caminhos para responder a esta demanda. Interligando a BNCC aos princípios pedagógicos preconizados por Freire, refletimos sobre a educação que transcende os discursos mercadológicos, e seja voltada à emancipação humana. Concluímos que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) desempenha um papel significativo na formação de sujeitos alinhados aos imperativos e demandas do sistema neoliberal por priorizar os interesses do mercado em detrimento da formação humana emancipatória, defendida pelo educador Paulo Freire. Destacamos, assim, um desafio à formação de sujeitos críticos que possam, de fato, contribuir para a construção de uma sociedade mais justa diante da priorização dos interesses do mercado subjacentes na BNCC.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular, emancipação humana, formação cidadã, perspectiva freiriana.



Abstract: The aim of this article is to discuss the perspective of human emancipation and citizenship presented in the National Common Core Curriculum (BNCC), thus making a connection and dialog with the Freirean perspective. The guiding problem consists of the following investigation: What contribution does the BNCC make to promoting education from the perspective of citizenship and humanly emancipated subjects? The study involved bibliographical and documentary research, based on dialogical hermeneutics and supported by elements of Textual Discourse Analysis (TDA). The key authors for this study include Copatti and Andreis (2021), Simões and Andreis (2019), Freire (1974, 2004, 2001), Gadotti (2013) and Silva and Estormovski (2023). The research indicates that training for citizenship, based on this policy, moves towards a shortened view of the world, with a precarious contribution to humanistic emancipatory education and, to a large extent, imposing on the school the commitment to find ways to respond to this demand. By linking the BNCC to the pedagogical principles advocated by Freire, we reflect on education that transcends market discourses and is aimed at human emancipation. We conclude that the National Common Core Curriculum (BNCC) plays a significant role in the formation of subjects aligned with the imperatives and demands of the neoliberal system by prioritizing the interests of the market to the detriment of the emancipatory human formation advocated by educator Paulo Freire. We therefore highlight a challenge to the formation of critical subjects who can actually contribute to building a fairer society in the face of the prioritization of market interests underlying the BNCC.

Keywords: National Common Core Curriculum, human emancipation, citizen education, Freirean perspective.

Resumen: El objetivo de este artículo es discutir la perspectiva de la emancipación humana y de la ciudadanía presentada en el Currículo Nacional Común (BNCC), estableciendo así una conexión y un diálogo con la perspectiva freireana. El problema orientador consiste en la siguiente investigación: ¿Qué contribución hace el BNCC a la promoción de la educación desde la perspectiva de la ciudadanía y de los sujetos humanamente emancipados? El estudio involucró una investigación bibliográfica y documental, basada en la hermenéutica dialógica y apoyada en elementos del Análisis Textual del Discurso (ATD). Los autores clave para este estudio son Copatti y Andreis (2021), Simões y Andreis (2019), Freire (1974, 2004, 2001), Gadotti (2013) y Silva y Estormovski (2023). La investigación indica que la formación para la ciudadanía, basada en esta política, avanza hacia una visión acortada del mundo, con una contribución precaria a la educación humanista emancipadora y, en gran medida, imponiendo a la escuela el compromiso de encontrar formas de responder a esta demanda. Al vincular el BNCC a los principios pedagógicos preconizados por Freire, reflexionamos sobre una educación que trascienda los discursos del mercado y se oriente hacia la emancipación humana. Concluimos que el Currículo Nacional Común (BNCC) desempeña un papel significativo en la formación de sujetos alineados con los imperativos y exigencias del sistema neoliberal, al priorizar los intereses del mercado en detrimento de la formación humana emancipadora defendida por el educador Paulo Freire. Por lo tanto, destacamos un desafío a la formación de sujetos críticos que realmente puedan contribuir a la construcción de una sociedad más justa frente a la priorización de los intereses del mercado subyacente en el BNCC.

Palabras-clave: Currículo Nacional Común, emancipación humana, educación ciudadana, perspectiva freireana.

Introdução

Nas últimas décadas, as políticas educacionais são pautadas em princípios a partir dos quais a formação humana vem cedendo lugar à formação que atenda às necessidades do mercado, ou seja, a educação é orientada a atender os desígnios do neoliberalismo, formando cidadãos que atendam a essa perspectiva. Nesse enfoque, é acelerada a marcha para a incursão de uma ideologia empresarial nas políticas educacionais, que, de forma deliberada, convergem com as políticas econômicas mundiais, formando cidadãos que se ajustam às necessidades do capitalismo mundial.

Nessa lógica neoliberal da competitividade e da meritocracia, também é organizada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que procura moldar um cidadão competitivo e acrítico, que atenda aos desígnios do neoliberalismo. Diante disso, o conhecimento elaborado e sistematizado, que pode levar as pessoas a uma vida mais digna e a reconhecer-se como cidadão livre, com capacidade de atuar contra o sistema injusto que limita, destrói e exclui, pode estar sendo substituído por um conhecimento limitado, contrariando as reais finalidades da educação.

Neste contexto, a educação defendida por Paulo Freire pode ser relacionada à cidadania territorial, pelo fato de ter lutado por uma educação libertadora e pela formação de sujeitos humanamente emancipados e livres no exercício de seus direitos e deveres em sociedade e por uma vida digna, processo esse que implica no modo como essa sociedade produz e se organiza no espaço geográfico. Isto nos remete a questionar: Qual a contribuição da BNCC para a formação de sujeitos humanamente emancipados? Consideramos, para esta pesquisa, o contexto de construção do documento e os aspectos gerais da parte introdutória (BRASIL, 2018, p. 7-21), que abrange também as competências gerais da Educação Básica e algumas características do Ensino Médio.

O objetivo principal desta pesquisa é compreender a abordagem da BNCC, que converte as aprendizagens essenciais em competências e habilidades que os alunos precisam desenvolver ao longo da Educação Básica. Além disso, busca entender como este modelo de ensino e de aprendizagem pode afetar a qualidade da formação dos estudantes e a sua capacidade de compreender e lidar com as complexidades do mundo contemporâneo.

O estudo envolveu pesquisa bibliográfica e documental, pautada na hermenêutica dialógica e amparada em elementos da Análise Textual Discursiva (ATD). A análise discursiva corresponde a uma metodologia de análise de informações de natureza qualitativa, com a finalidade de produzir compreensões sobre os fenômenos e discursos (MORAES;

GALIAZZI, 2016). Dessa forma, a nossa pretensão é contribuir com as reflexões que envolvem as induções escolares, apresentadas pelos documentos de política curricular, a partir de fundamentos teóricos, com aporte em pesquisadores da educação e do campo das políticas educacionais e curriculares, articulados a estudos que discutem questões coetâneas, emancipação humanística e cidadania.

A argumentação está estruturada em quatro seções assim apresentados: a) Conceitos centrais de Freire sobre a emancipação humana e a cidadania, que objetiva discutir sobre a perspectiva de educação defendida por esse educador que lutou por uma práxis comprometida e engajada com a justiça social, corporificada espacialmente na realidade dos oprimidos e com a formação cidadã dos sujeitos; b) Reflexões sobre o atual contexto educacional, que busca discutir a hipótese da tendência neoliberal engendradora nas políticas educacionais e nas instituições escolares diante das transformações sociais, políticas e econômicas, problematizando a formação de trabalhadores flexíveis e autônomos, considerados referências do novo ideal pedagógico; c) A BNCC pensada na interface com os conceitos centrais de Freire, que aborda a limitação da BNCC na formação de sujeitos críticos e reflexivos, não alinhada com a emancipação humana e o combate à desigualdade, tanto social quanto educacional, mas, comprometida com um aprendizado uniforme, voltado ao desenvolvimento de habilidades e competências, mediante a discussão de três¹ categorias: a distorção da realidade, a opressão dos sujeitos, a dominação e a desigualdade de poder; e, d) na fase da compreensão elaborada em diálogo com a ATD, ou na “captação no novo emergente”, é tecida uma reflexão acerca das Compreensões emergidas: as características da educação a partir da BNCC, no que tange à sua contribuição para uma educação mais emancipatória, indicando as fragilidades que podem influenciar na formação humana.

4

Conceitos centrais de Freire sobre a emancipação humana e a cidadania

Os modos de pensar a educação podem ser diversos e variar de acordo com o tempo e com os contextos socioculturais, políticos e históricos. Freire (1974) deixou o legado da busca incessante por uma educação emancipatória, comprometida e engajada com a justiça social, com a realidade dos oprimidos e com a formação cidadã dos sujeitos. De acordo com este educador, a emancipação humana e a cidadania vinculam-se à práxis educativa que auxilia os

¹ De acordo com Moraes e Galiazzi (2006, p. 118), o "estabelecimento de relações ou categorização" corresponde ao segundo passo da progressão de análise, no qual é realizada a articulação de significados. “Neste processo, são reunidas as unidades de significado semelhantes, podendo gerar diversos níveis de categorias de análise.”

sujeitos a alcançar a liberdade, a autonomia, a consciência crítica da realidade em relação às estruturas sociais, econômicas e políticas, e, sobretudo, a compreender as estratégias dos opressores.

Segundo Freire (1974), o processo emancipatório decorre de um processo político que demanda comprometimento com a justiça social e com a realidade dos oprimidos, na busca pela transformação. O educador afirma não ser possível participar ativamente da história, na sociedade e na transformação da realidade, se não existir o auxílio nas tomadas de consciência da realidade e de sua própria capacidade para transformá-la a partir de conhecimentos históricos, posto que ninguém é capaz de lutar por causas cuja história é desconhecida ou por forças que não compreende.

Em relação à cidadania, Freire (1974) sustenta que esta não deriva de um conceito abstrato, mas sim de um direito que se estende a todos os indivíduos, sem a distinção de classe social, de raça, religião ou orientação política, ou seja, a cidadania está relacionada com a vida dos sujeitos em sociedade e com a possibilidade da participação ativa nas tomadas de decisão. De acordo com o educador, a cidadania descende de uma produção política, pois, apesar de ser um direito de todos, esta, ainda, não pode ser exercida por muitos, especialmente pelos grupos discriminados e excluídos na história, que, na sua maioria, ainda vivem à margem da sociedade, sem o acesso a uma vida digna e sem a garantia de uma educação de qualidade.

As políticas curriculares precisam estar voltadas a enxergar a realidade como integral e como elo entre o local e o global para, concreta e conceitualmente, assegurar que os sujeitos possam assenhorar-se do patrimônio construído pela humanidade, mudando radicalmente o rumo da massificação para a emancipação. Como alerta o geógrafo Santos (2002), as pessoas mais excluídas, em geral, nem sabem que não são cidadãos no território habitado. Nesse sentido, Freire (2004) afirma que o termo cidadania, comumente e de forma equivocada, é entendido como um conceito abstrato que, pelo simples fato de pronunciá-lo, automaticamente, os sujeitos se tornam cidadãos emancipados; entretanto, a cidadania decorre de um processo complexo, para o qual a educação exerce um importante papel.

Assim, a práxis educacional precisa estar alinhada à cidadania territorial para que o estudante possa fazer uma relação, na condição de cidadão, com o espaço geográfico no qual vive. Ao realizar essa conexão, é possível ampliar o conceito de cidadania, levando a compreendê-la além dos direitos civis e políticos, incorporando a dimensão social, as questões econômicas e ambientais no contexto do território. De acordo com Santos (2002, p. 70), o território é a base material sobre a qual os sujeitos produzem a sua própria história. O

território é, portanto, vivo e dinâmico, “a sociedade incide sobre o território, e este, sobre a sociedade.” Compreender a cidadania territorial, pelo ensino de Geografia, entre outras disciplinas, é importante para reconhecer-se na sociedade e buscar estímulo para a transformação do espaço, lutar por uma sociedade mais justa onde os indivíduos, de fato, possam ser cidadãos de direitos e possuir consciência dos seus deveres.

O acesso equitativo aos recursos e aos direitos assegurados aos cidadãos, previstos na Constituição Federal de 1988, como a proteção dos direitos das minorias étnicas, culturais e religiosas, a igualdade de gênero, a proteção integral da criança e do adolescente, a proteção ao meio ambiente, o direito a justiça, entre outros, são direitos que possuem relação com o contexto da cidadania territorial. Abordar tais temas em sala de aula, por meio de disciplinas como a Geografia, possibilita a valorização das diversas expressões identitárias, culturas, relações sociais, desenvolvimento sustentável e gestão responsável dos recursos naturais, criando assim, um ambiente participativo e dinâmico. Em outras palavras, a discussão desses tópicos transforma o espaço geográfico, ele deixa de ser apenas um ambiente físico e torna-se um meio de estímulo à defesa dos direitos, onde questões relevantes para todos são tratadas, impactando diretamente na vida dos estudantes, no seu entorno e sucessivamente na sociedade.

Em síntese, elaborar as políticas educacionais na perspectiva cidadã significa voltá-las para o exercício consciente dos direitos e deveres políticos, sociais e civis. A cidadania territorial possui ligação direta com a democracia no que tange à participação dos sujeitos na transformação social e na atuação, no sentido da não violação dos direitos conquistados e por uma vida digna para todos. Nesta esteira, o educador possui o dever político de estar lúcido politicamente e de saber a favor de quem ele ensina.

Um currículo emancipatório precisa ser construído pela coletividade, com um viés autônomo, democrático e libertador, onde os sujeitos são capazes de escrever sua própria história e gerar alternativas de ações a si próprio e ao mundo, a fim de contribuir para um mundo mais emancipado humanamente, formando cidadãos verdadeiramente comprometidos em transformar a realidade injusta. Ou seja, a educação tem o compromisso de atuar em favor da cidadania e da emancipação humana para todos, mas, especialmente, para aqueles que tiveram/têm a cidadania negada com políticas inclusivas para que todos tenham a oportunidade de usufruir de uma vida mais digna. Esse tema é objeto de reflexão na próxima seção.

Reflexões sobre o atual contexto educacional

Historicamente a educação é um campo de disputas que traz consigo a marca da dominação para a construção das hegemonias políticas. Atualmente, para uma análise do contexto da educação no Brasil, é preciso considerar a hipótese da tendência neoliberal engendrada nas políticas educacionais e nas instituições escolares diante das transformações que vêm ocorrendo. A formação de trabalhadores flexíveis e autônomos são referências desse novo ideal pedagógico.

Diante do ideário neoliberal, a educação é responsável pela formação do “capital humano”², um imperativo primordial para o crescimento econômico, voltando às reformas educacionais, ajustadas em consonância com esta ideologia. Nesta direção, para Laval (2019, p. 32), “a educação não dá apenas uma contribuição fundamental à economia, não é apenas um *input* em uma função de produção, mas é entendida como fator cujas condições de produção devem se submeter plenamente à lógica econômica”. A educação é considerada uma atividade econômica com custo e retorno, assemelhada a uma mercadoria, e as reformas educacionais são guiadas por essa perspectiva.

Dessa forma, é possível verificar que a educação está excessivamente voltada à empregabilidade, e, nessa seara, o investimento nas emoções adquiriu uma ênfase significativa, ou seja, na transmissão de conhecimentos que possuem determinações mais estritas à formação da mão de obra para as empresas, bem como, na habilidade de adaptabilidade. Diante disso, a educação, cada vez mais, passa da lógica do conhecimento para uma lógica da competência, suprimindo as reais finalidades da educação, que é estimular o conhecimento científico, cultural, histórico e artístico, além de desenvolver a capacidade de pesquisa e a produção de novos conhecimentos mais evoluídos, a formação de valores éticos, o respeito, a solidariedade, a responsabilidade e a justiça.

Silva e Estormovski (2023, p. 4) agregam a esse debate citando que, diferentemente do tecnicismo, que operava por meio de tecnologias normativas de repetição e da memorização de exercícios aplicados em larga escala, no atual contexto das políticas educacionais, especialmente com a Reforma do Ensino Médio e, sucessivamente, a homologação da BNCC, em 2018, “[...] assistimos a uma proliferação de tecnologias pedagógicas individualizantes que traçam como horizonte formativo as possibilidades de diferenciação e visam a

² Diz respeito ao acúmulo de conhecimento economicamente valorizáveis e incorporados nos indivíduos. “Os conhecimentos, as qualificações, as competências e as características individuais que facilitam a criação do bem-estar pessoal, social e econômico” (LAVAl, 2019, p. 51).

capitalização das trajetórias dos indivíduos”. Esta deliberação assinala um marco político e pedagógico, onde ingressaram nos currículos termos como “projetos de vida”, “protagonismo juvenil”, “competências socioemocionais”, que buscam introduzir um novo projeto de formação humana voltado às aspirações neoliberais, que adquirem mais centralidade e destaque com a referida Reforma.

Silva e Estormovski, (2023) denominam esta inovação educativa de “customização curricular”, “emocionalização pedagógica” e “algoritmização subjetiva”, pelo fato de os conhecimentos serem articulados com o intuito de impulsionar a produtividade e as condições de empregabilidade, ou seja, com o desenvolvimento de habilidades e competências que potencializam e evidenciam o investimento sobre as emoções e a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho assalariado. O sujeito neoliberal precisa estar comprometido consigo mesmo, ou seja, investir nas suas emoções, pois, no mundo da competição e da meritocracia, este é um diferencial para o bom desempenho funcional.

Nesta direção, Simões e Andreis (2019) defendem que o investimento no capital humano possui relação estrita com o desenvolvimento econômico, ou seja, relaciona-se com as necessidades do mercado de trabalho³, e alertam em relação aos percursos formativos voltados à formação profissional:

[...] submeter o percurso formativo à formação profissional descolada da formação intelectual pode elevar as possibilidades de desescolarização, uma vez que os estudantes podem passar a dar maior importância aos conhecimentos da prática para inserção em profissões que podem ser consideradas de baixa complexidade intelectual e remuneração, subalternizando suas relações com os conhecimentos que contribuem para o movimento do pensar e que podem contribuir para o acesso ao Ensino Superior (SIMÕES; ANDREIS, 2019, p. 229).

Os autores supramencionados destacam que os jovens estudantes de baixa renda tendem a ser inseridos precocemente no mercado de trabalho, pela necessidade de contribuir no sustento da família. Por outro lado, a opção de cursar determinado itinerário formativo pode ser um indutor que leva à inserção precoce ao trabalho assalariado, distanciando-os, assim, de cursar um curso superior. Dessa forma, os estudiosos alertam que a flexibilização curricular pode ser uma “armadilha” para os jovens. Assim como Simões e Andreis (2019, p. 232), defendemos uma mudança curricular que não desconsidere a formação para o trabalho,

³ Pesquisa realizada com estudantes do Ensino Médio noturno, em instituições públicas estaduais, no município de Chapecó, SC. Os autores refletiram acerca dos “[...] dilemas e desafios do Ensino Médio noturno, em particular de fatores que influenciam direta ou indiretamente nos índices de evasão/abandono e repetência por parte dos estudantes” (SIMÕES; ANDREIS, 2019).

porém, consideramos injusto remeter toda a formação em habilidades e competências para a inserção no mercado de trabalho. Defendemos uma formação intelectual emancipatória, por meio da qual os estudantes estejam preparados para enfrentar todos os desafios da vida, dentre eles, os profissionais.

A BNCC pensada na interface com os conceitos centrais de Freire

A BNCC é fruto da Reforma Curricular ocorrida no Brasil, homologada em 2018. O documento é uma referência nacional que precisa ser respeitado, obrigatoriamente, para a elaboração e definição dos currículos escolares e das propostas pedagógicas. É também referência para alinhar outras políticas e ações ligadas à formação docente e à avaliação, para delinear conteúdos educacionais, bem como, para definir questões ligadas à infraestrutura e para o desenvolvimento e a promoção da educação (BRASIL, 2018, p. 7-8).

Parte-se do pressuposto que a BNCC, como política curricular nacional, precisa contribuir, a partir da sua organização e das suas propostas, para uma educação de qualidade em todo o país, e propor caminhos para a emancipação humana e para a formação cidadã dos estudantes. Entretanto, sinalizamos a limitação em relação à liberdade e à autonomia pedagógica e dos demais atores que auxiliam no processo de construção do cotidiano educacional e escolar, pelo seu “caráter normativo”, que define as “aprendizagens essenciais” que devem ser ensinadas aos alunos. Essas aprendizagens essenciais são convertidas em competências e habilidades, que expressam o que os professores precisam ensinar e o que os alunos têm de aprender.

Na parte introdutória do documento é destacado, conforme Quadro 1, que “[...] ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez **competências gerais** que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento” (BRASIL, 2018, p. 8) O foco da BNCC no desenvolvimento de competências, contudo, possui um alinhamento com a agenda internacional da educação para avaliar a qualidade e a evolução da Educação Básica dos países subdesenvolvidos.

Quadro 1 – Síntese das Competências Gerais da Educação Básica

1. Conhecimento	2. Pensamento Científico	3. Repertório Cultural	4. Comunicação	5. Cultura Digital
Compreender o mundo físico, social, cultural e digital para entender a realidade.	Desenvolver o pensamento científico e crítico para solucionar os problemas.	Valorizar e conhecer as mais diversas manifestações artísticas.	Entender o uso de diferentes linguagens.	Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação.
6. Trabalho e Projeto de Vida	7. Argumentação	8. Autoconhecimento e Autocuidado	9. Empatia e cooperação	10. Responsabilidade e Cidadania
Realizar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida.	Aprender a argumentar com base em fatos concretos e confiáveis.	Compreender a importância do cuidado com saúde física e emocional.	Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação com as diversidades.	Desenvolver a autonomia, a responsabilidade, a flexibilidade e a resiliência.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023), com base em MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM (2018); BNCC (BRASIL, 2018).

De acordo com a BNCC, as dez competências gerais, apresentadas no Quadro 1, caracterizam a modernização dos currículos. Entretanto, retratam a inovação de saberes e de conhecimentos que se aproximam com a agenda neoliberal, diante do processo de transformação, em especial a tecnológica, mas, sobretudo, ao trabalho, que cada vez mais exige a formação de sujeitos flexíveis e adaptáveis ao mercado instável.

Em relação às mudanças tecnológicas, a primeira, a quarta e a quinta competências deixam evidente que é preciso compreender o mundo digital, saber usar diferentes linguagens e criar tecnologias digitais de informação e comunicação. Em relação à flexibilidade, à adaptabilidade e projeto de vida, as competências seis, oito e dez destacam que é preciso saber fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, compreender a importância do cuidado com a saúde física e emocional e desenvolver a autonomia, a responsabilidade, a flexibilidade e a resiliência.

Corroborando com este raciocínio, Copatti e Andreis (2021) defendem que o conhecimento, na BNCC, é organizado de forma que algumas aprendizagens são contempladas de maneira mais expressiva, focando num modelo de sujeito, visto que:

Na proposta da BNCC, o que se percebe é que a forma como se organiza a construção do conhecimento direciona para aspectos pontuais, inclusive pensando a resolução prática de problemas e a inserção no mercado de trabalho. Isso leva-nos a interpretar que a ideia de utilizar habilidades e competências apenas para resolver situações e problemas práticos limita a construção do pensamento do sujeito e sua ação, pois utilizar competências como resposta a um problema antigo – o de transferir conhecimentos é algo

que limita a função docente e, nesse sentido, limita a formação dos sujeitos pensada numa perspectiva cidadã (COPATTI; ANDREIS, 2021, p. 3).

As autoras afirmam que a BNCC está organizada de forma que a construção dos conhecimentos direciona à formação de sujeitos aptos à resolução de problemas mais pontuais, como a inserção no mercado de trabalho, fato que limita a formação na perspectiva cidadã. O compromisso da educação com a formação humana vai muito além do desenvolvimento de competências e habilidades que são reclamadas no mercado de trabalho. A finalidade da educação é promover um conhecimento poderoso, a fim de capacitar as próximas gerações, de modo que elas possam construir, sobre os conhecimentos históricos e culturais, um conhecimento novo, que permita que as sociedades humanas progridam e os indivíduos se desenvolvam plenamente (YOUNG, 2013). A efetivação de uma educação de qualidade permite que os estudantes compreendam a sua importância na sociedade, assim como sobre a necessidade da análise crítica dos acontecimentos que se manifestam no dia a dia e do seu papel na política e na vida pública, tornando-se, assim, sujeitos autônomos, participativos, críticos e criativos. No caso, sujeitos que respeitam a liberdade de escolha do seu próximo, permitindo e favorecendo que, cada vez mais, outros se apropriem do conhecimento e do exercício consciente da cidadania.

De acordo com Freire (2001, p. 126), “[...] a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa.” Cabe a nós, profissionais da educação, colocar a nossa força a serviço da conscientização do processo democrático. Isto significa que a educação não é a única forma para transformar a realidade, mas, sim, um dos elementos principais para conscientizar a população do processo de dominação e de exploração que permeia o sistema de reprodução do poder, do dinheiro e do lucro, e estes elementos têm se manifestado acima das reais finalidades da educação.

Segundo Barreto (1998, p. 56), “a vocação de ser mais” se realiza por meio da educação, e a desumanização ocorre quando alguns detêm o poder e passam a usá-lo como instrumento para obtenção de privilégios individuais, ou para favorecer determinados grupos, prejudicando os demais, ou seja, quando a relação está voltada para a dominação e não para a cooperação. Nessa relação de poder, os poderosos manipulam os menos favorecidos para a satisfação dos seus interesses. Em outras palavras, os opressores impõem sacrifício e restrições aos oprimidos para garantir seus privilégios.

Historicamente a relação de dominador e dominado se institucionalizaram de maneira que passaram a ser consideradas normais pelos opressores; em alguns casos, até mesmo por quem sofre a opressão, a ponto de considerar os opressores modelos bem-sucedidos de seres

humanos e exemplos a serem seguidos. Dessa forma, frequentemente o oprimido traz em si a semente da ordem injusta dos opressores, que faz com que, em alguns casos, o oprimido tende a ser o opressor, especialmente quando passa por uma educação que não é libertadora. Tal relação tem se legitimado a ponto de usar as políticas educacionais para a manutenção dos privilégios, como no caso da BNCC, que prevê uma educação voltada à resolução de problemas mais pontuais, com aprendizagens voltadas a contribuir para essa ordem injusta, favorável às minorias, na qual a educação deixa de ser instrumento para “ser mais”, e coopera para tornar-se agente de “ser menos”, conforme pode ser observado no Quadro 2.

Quadro 2 – O contraponto da BNCC com a teoria pedagógica de Freire (1974)

Análise	A teoria pedagógica de Paulo Freire	BNCC
Elementos centrais do processo educativo	Enfatiza o diálogo, a consciência crítica e a transformação social.	Baseada em competências e habilidades específicas relacionadas as avaliações e ao mercado de trabalho.
Currículo	Aberto e flexível, valorização de conhecimentos construídos ao longo do processo histórico.	Voltada ao cumprimento de expectativas de aprendizagem.
Conscientização	Os estudantes são capacitados e estimulados a refletir sobre as estruturas de poder existentes e questionar a realidade social.	Aquisição de habilidades técnicas e práticas, que podem não desenvolver uma consciência crítica.
Transformação social	Busca a transformação social, com o objetivo de superar a opressão e a desigualdade.	Relacionada aos interesses econômicos e de empregabilidade, sem a abordagem crítica das questões sociais e estruturais de forma mais ampla.
Participação Ativa dos alunos	Permite aos estudantes no processo de ensino e aprendizagem, compartilhar suas experiências, vivências, anseios e perspectivas.	Prioriza conhecimentos voltados a avaliações padronizadas, que podem limitar a participação ativa dos estudantes.
A equidade	Leva em consideração as diferenças e desigualdades existentes na sociedade, lutou pela educação pública, gratuita e de qualidade para todos.	Não apresenta muita margem para oferecer trajetórias e percursos diferentes e induz a privatização de inúmeras formas.
A autonomia pedagógica	Prioriza o diálogo e a troca de experiências entre educadores e educandos.	Enfatiza o que os professores precisam ensinar e o que os estudantes devem aprender.
Educação e liberdade	Centrada unicamente na formação de sujeitos autônomos capazes de transformar o mundo.	Normativa todo o processo pedagógico.
A formação Cidadã	Formação de sujeitos críticos, capazes de transformar realidades.	A predominância é a perspectiva de cidadania como inclusão, oferece os mesmos conhecimentos para todos que visam, especialmente, a inserção no mundo do trabalho assalariado.
A emancipação humana	Estimula a identificar as contradições dialéticas do contexto social, e atuar no sentido de transformá-las.	Não está totalmente comprometida com a consciência política e social

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023), com base em BRASIL (2018); FREIRE (1974).

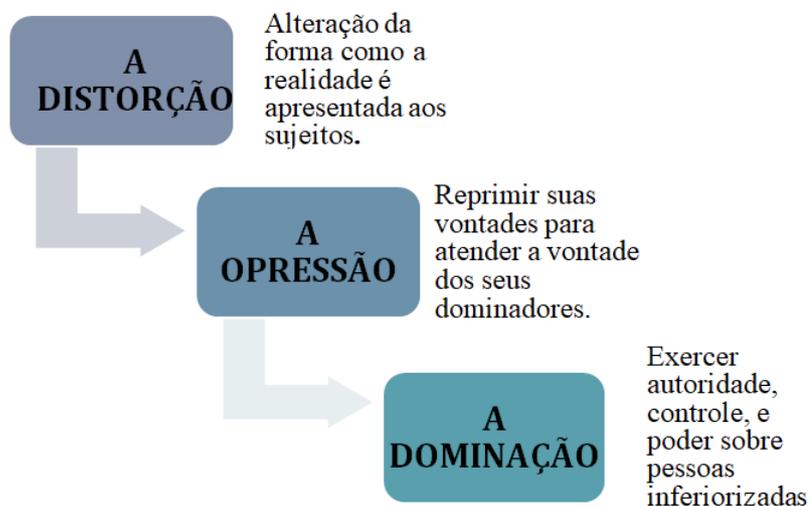
A estrutura social de dominação, apresentada também pela BNCC, embora implicitamente, reflete uma sociedade que pode reforçar desigualdades e relações de poder. Neste sentido, Barreto (1998) destaca que “só os oprimidos poderão romper esta estrutura que desumaniza opressores e oprimidos. Só eles poderão acabar com esta ordem injusta buscando romper a opressão e reconquistando a sua liberdade de ser mais” (BARRETO, 1998, p. 56). De acordo com a autora, “os opressores não têm este poder, uma vez que implicaria na renúncia de privilégios que consideram justos e necessários à sua realização pessoal e de classe” (BARRETO, 1998, p. 56). A distorção, a opressão e a dominação são fenômenos que se inter-relacionam e resultam na injustiça, na desigualdade e na restrição de liberdade para certos grupos de pessoas. Estas categorias são objetos de análise na próxima seção.

Noções fortes depreendidas na forma de categorias

Nesta seção estabelecemos as relações de categorização que correspondem à segunda etapa da ATD. Dessa forma, passamos a fazer a articulação de significados, reunindo os elementos, as unidades, nomeando-os, aperfeiçoando-os e delimitando-os com mais precisão (MORAES; GALIAZZI, 2016). O objetivo é expor a compreensão emergida por meio de ideias centrais, após a identificação e comparação do tema estudado.

Trabalhamos com alguns conceitos-chave que impedem a emancipação humana e a cidadania, relacionando-os à educação defendida por Freire (1974), que são: a distorção, a opressão e a dominação (Figura 1). *Distorcer, oprimir e dominar* são conceitos incompatíveis com os ideais de emancipação humana e formação cidadã, pelo fato de que impedem que os sujeitos atinjam seu pleno potencial e participem ativamente e de forma justa na sociedade.

Figura 1 – Conceitos que impedem a emancipação humana e a cidadania



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023), com base em FREIRE (1974).

Aprofundando as categorias

Distorcer é alterar a realidade de forma intencional, modificando o seu sentido concreto. Oprimir é exercer o poder e controle sobre os indivíduos de forma injusta, impondo o autoritarismo nas decisões, ou seja, relaciona-se com a falta de conscientização e de libertação. Dominar é exercer autoridade, poder e controle sobre os indivíduos, colocando-se numa posição superior em relação aos mais fragilizados, social e economicamente.

Assim como Freire (1974), que utilizou a relação dialética do seu cotidiano, ou seja, a relação do ser humano com o mundo, a vida e as coisas do dia a dia para a construção do seu pensamento e das ações práticas, buscamos agrupar nossa compreensão em categorias, que foram construídas por meio da interpretação do referencial teórico com o objeto de estudo, que nos permitiu uma compreensão mais profunda do fenômeno. Destacamos que nesta pesquisa a categorização é realizada por meio do método indutivo. De acordo com Moraes e Galiuzzi (2016), este método consiste em produzir as categorias a partir das unidades de análises construídas desde o *corpus*, cujo processo consiste em caminhar do conhecimento particular do pesquisador para o conhecimento geral, resultando, assim, em novas categorias emergentes. Desse modo, no movimento de articulação entre a teoria e o fenômeno social, emergiram novas interpretações, as quais estão de acordo com uma visão mais consciente e racional do mundo.

14

A distorção da realidade

A distorção está relacionada com a alteração da forma como a realidade é apresentada aos sujeitos. De acordo com Freire (1974), a violência e a distorção dos opressores levam os sujeitos a terem uma visão distorcida da realidade e a humanidade roubada, que não é destino, mas, sim, uma ordem injusta de manipulação da realidade. De acordo com este autor, estes que oprimem e distorcem a realidade não buscam libertar os oprimidos das injustiças. A falsa generosidade se nutre da exploração, e a conscientização somente será possível por meio da educação e do diálogo.

Na BNCC, a distorção se faz presente por meio do discurso implícito, por vezes de agentes que recomendaram conteúdo à Base e que possuem interesses lucrativos, econômicos e comerciais, sem o compromisso com a educação pública, gratuita e de qualidade. As

instituições que fizeram parte do Movimento pela Base⁴ são grupos hegemônicos que produzem e comercializam materiais didáticos⁵, cursos para formação docente, consultorias, sistemas informatizados e que possuem o interesse em terceirizar as escolas públicas para a iniciativa privada, conforme almejado pela ideologia neoliberal. Enquanto isso, as vozes dos profissionais comprometidos com uma educação emancipatória para todos foram silenciadas.

No contexto da BNCC, o “distorcer” também se refere a controle, pelo fato de oferecer um conjunto de competências e habilidades que não permitem a cocriação ativa do conhecimento, caminhando na contramão de uma educação holística, pela qual o estudante é capaz de compreender os fenômenos na sua totalidade e globalidade, ou seja, não é voltada para a emancipação humana, crítica e reflexiva.

A educação emancipadora e libertadora, defendida por Freire (1974), é transformadora, impulsiona os sujeitos à reflexão, a denunciar as injustiças sociais e a lutar por uma sociedade justa e humanamente mais evoluída. Neste sentido, é preciso lutar por uma educação que proporcione um aprendizado democrático, autônomo, voltado à emancipação humana, que estimule a evolução humana em todas as dimensões, e não somente a desenvolver algumas habilidades e competências, essenciais para a inserção no mercado de trabalho, como proposto na BNCC.

A opressão dos sujeitos

A opressão está relacionada com o ato de oprimir o próximo para conseguir vantagens, onde, frequentemente, o oprimido passa a reprimir suas vontades para atender a vontade dos seus dominadores. Freire (1974) identificou dois grupos sociais: os opressores – aqueles que detêm o poder –, e os oprimidos – aqueles que são subjugados e marginalizados. A relação desses dois grupos é marcada pelo desequilíbrio de poder e de acesso a direitos, mediante uma dinâmica de exploração e de violência.

No contexto da BNCC, a falta de visibilidade está relacionada a temas e conteúdos relacionados a grupos específicos, como indígenas, quilombolas, população negra, LGBTQIA+ e outros. O documento não aprofunda a história, a cultura e as contribuições desses grupos

⁴ Peroni, Caetano e Arelaro (2019, p. 42): “[...] os interesses privados conduzidos pelo Movimento pela Base, coordenado pela Fundação Lemann, por meio do *Lemann Center*, vinculado à Universidade de *Stanford-USA*, buscou especialistas, ligados ao *Comum Core* americano, para revisar a primeira e segunda versão da base.”

⁵ “[...] instituições que produzem materiais didáticos como Fundação Santillana e Abrelivros, Itaú-Unibanco, Instituto Ayrton Senna, Insper, Fundação Roberto Marinho, Instituto Natura e o Movimento Todos pela Educação, entre outros.” (PERONI; CAETANO; ARELARO, 2019, p. 44).

para a sociedade brasileira, e não aprofunda a discriminação, o preconceito, as lutas e os movimentos pela conquista de direitos. De acordo com Freire (1974), ninguém melhor que os oprimidos para entender a sociedade opressora, suas consequências e efeitos. Para o autor, a libertação não chega por acaso; é preciso buscá-la permanentemente por meio de práticas e ações de conscientização.

É preciso considerar que os oprimidos enfrentam muitas barreiras na vida e no cotidiano, como a discriminação, o preconceito e a injustiça, além de limitadas oportunidades a recursos e a falta de direito à efetiva inclusão nas políticas educacionais. Por isso, a práxis pedagógica não pode ser realizada no sentido de acomodar para o mundo da opressão, e sim, para a reflexão, a fim de transformar as desigualdades, voltada a promover a equidade. Isto significa que precisa estar voltada para a inclusão, e deve promover a valorização das diferentes culturas, etnias, religiões e orientações sexuais e de gênero, combatendo qualquer forma de discriminação.

A dominação e a desigualdade de poder

A dominação é uma violência simbólica, que consiste em exercer autoridade, controle, influência e poder sobre pessoas inferiorizadas pessoal, social, política e economicamente. Representa uma desigualdade de poder, por meio da qual os dominadores exercem o domínio nas tomadas de decisão que dizem respeito aos oprimidos. A dominação pode ser explícita e violenta, mas, geralmente é dissimulada, caracterizada por desinformação e manipulação.

Freire (1974, p.76), sobre esta questão, assevera que a educação é uma poderosa ferramenta para libertar os oprimidos da dominação e os educar, no sentido da conscientização e da libertação. Isso significa auxiliar os sujeitos a tomarem consciência da ingenuidade e da não acomodação diante das práticas desumanas, das injustiças e da dominação. Não podemos, no entanto, na busca pela libertação, servirmos-nos da concepção “bancária”, sob pena de nós contradizermos em nossa busca. Da mesma forma, esta concepção não pode tornar-se legado da sociedade opressora para a sociedade revolucionária, ou seja, a conscientização não ocorre por meio do depósito de conteúdo, onde o aluno se torna um mero ouvinte e o professor um transmissor de conteúdo, pois é preciso dialogar, debater, questionar e denunciar.

A BNCC remete à dominação, por se tratar de um documento normativo que define um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais, que tendem a ser transmitidas de forma mecânica, sem o aprofundamento e análise crítica e sem a reflexão

sobre a realidade e os problemas do mundo que uma educação emancipatória exige, como asseverado por Silva (2015, p. 375):

Uma listagem de objetivos sequenciados temporalmente, como está no Documento da Base Nacional Comum Curricular, é expressão dessa dimensão regulatória e restritiva, e reforça a ideia de que se trata de algo que conduz a uma formação administrada, que é justamente o oposto do que está anunciado nos textos das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais, isto é, a possibilidade que a escola vá ao encontro de uma formação crítica e emancipatória.

A autora questiona o caráter regulatório que a BNCC possui, pelo fato de trazer uma lista de aprendizagens sequenciadas temporalmente, que passa a ideia de uma formação administrada de forma contrária à formação crítica e emancipatória defendida por Freire (1974). De acordo com este autor, na visão bancária do saber não há aprendizagem e, muito menos, transformação. As manifestações instrumentais da ideologia da opressão reproduzem seres acrílicos que, em lugar de transformar, tendem a adaptar-se ao mundo e à realidade. Em outras palavras, sem uma formação voltada para a realidade, para a autonomia e para a libertação, os sujeitos tornam-se incapazes de intervir na sociedade e no mundo, de lutar pelos seus direitos e transformar injustiças.

De acordo com Gadotti (2007, p. 42), “educar é também desequilibrar, duvidar, suspeitar, lutar, tomar partido, estar presente no mundo”. Dessa forma, a prática pedagógica não pode ser reduzida a um “processo técnico e mecânico de transferir conhecimentos, pois a formação humana exige militância democrática, tomadas de decisão e ações de ruptura diante de atitudes racistas, violentas e autoritárias” (*Ibidem*, p. 42).

17

Compreensões emergidas: as características da educação a partir da BNCC

Esta parte tem como propósito a construção de um metatexto analítico, sendo a última etapa proposta pelo ciclo da Análise Textual Discursiva. O exposto é resultante da aprendizagem adquirida diante dos estudos teóricos, da relação com as categorias que foram aprofundadas e da interligação feita com a BNCC. Assim, nesta seção é tecida uma reflexão acerca da perspectiva de cidadania e emancipação humana expressa na BNCC, no que tange à sua contribuição para uma educação mais emancipatória e verdadeiramente cidadã, sob a ótica de Paulo Freire.

Diante da análise, foi possível compreender que a BNCC é um documento que foi pensado em sintonia com as propostas de organismos internacionais, que recomendam modelos de políticas educacionais e curriculares para os países subdesenvolvidos, dentre eles

o Brasil. A BNCC atende a esta perspectiva pelo fato de focar excessivamente no preparo para o mundo do trabalho e induzir à privatização de inúmeras formas. Além do mais, controla todo o trabalho educativo e prescreve o que precisa ser ensinado, para que os alunos tenham uma pontuação exitosa nas avaliações promovidas pelos organismos internacionais e, acima de tudo, os conhecimentos necessários para a rápida inserção no mercado de trabalho.

Os conhecimentos diante das competências e habilidades são apresentados como se todos os estudantes fossem iguais, não considerando que, para características sociais, culturais e econômicas diferentes, é necessário oferecer trajetórias e possibilidades diferentes, para não reforçar as desigualdades existentes. A uniformidade curricular e a competitividade se contrapõem a uma cidadania territorialmente emancipatória, porque esta pressupõe um olhar atento à subjetividade e a singularidade dos estudantes para uma efetiva inclusão de todos os sujeitos.

Diante disso, a real finalidade da educação, prevista em Tratados e Declarações Internacionais, defendida também por Paulo Freire, que almeja, por meio da educação, uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, a fim de minimizar as desigualdades sociais ainda existentes em nosso país, está cedendo espaço para uma educação que tem como objetivo principal o preparo de mão de obra para as empresas. Diante da análise realizada, compreendemos que a perspectiva de cidadania e emancipação humana na BNCC são frágeis, pelo fato de padronizar um conjunto de conteúdos e focar especialmente nas avaliações em larga escala, induzir as privatizações e não considerar as características incomuns dos estudantes.

A consciência na perspectiva cidadã territorial, possibilitada pelo ensino de Geografia e outras disciplinas, enfatiza as interconexões entre as ações dos sujeitos e o ambiente em seu entorno, saindo dessa forma, da abstração, voltando-se essencialmente ao concreto, na participação ativa dos sujeitos nos processos de tomada de decisão, especialmente, relacionados ao desenvolvimento local. Ou seja, a cidadania territorial, demanda uma visão holística que transcende as fronteiras tradicionais de pensamento entre as pessoas e o território, pois, abraça a reflexão e a complexidade das relações: homem, sociedade e ambiente.

Em síntese, diante do estudo realizado, foi possível compreender que a educação é um projeto em disputa por haver diferentes visões e interesses envolvidos nos seus objetivos. Nesse contexto, a BNCC forma para atender às demandas do mercado de trabalho, ignorando o desenvolvimento pleno dos estudantes como indivíduos críticos e reflexivos, capazes de

tomar decisões conscientes e participar ativamente da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Concordamos com Freire ao afirmar que o sistema teme o pobre que sabe pensar, pois, ao passar por uma educação emancipatória, ele deixa de ser massa de manobra; no entanto, se a educação não for de qualidade, os sujeitos tendem a servir de massa de manobra pelas minorias privilegiadas, que procuram explorar, distanciando-os cada vez mais de uma educação verdadeiramente crítica e emancipadora. A educação emancipatória, portanto, possibilita trazer à tona a verdade, que permeia a sociedade e o mundo, a diferença e a distância que existe entre o manipulador e o manipulado, dominantes e dominados e oprimidos e opressores.

Referências

BARRETO, Vera. *Paulo Freire para educadores*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 05 jun. 2023.

BRASIL. Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 3 dez 2023.

COPATTI, Carina; ANDREIS, Adriana Maria. Mudanças curriculares no contexto das políticas educacionais: olhares sobre a BNCC e o atual PNLD. In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO DO SUL DO BRASIL, 1., 2021. *Anais [...]*. UFFS, 2021. Disponível em: <https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/simpos-sul/article/view/15402/10431>. Acesso em: 2 maio 2022.

FREIRE, Paulo. *Política e educação: ensaios*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. *A pedagogia do oprimido*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da tolerância*. São Paulo: Editora UNESP, 2004. (Organização e notas de Ana Maria Araújo Freire).

GADOTTI, Moacir. *A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar*. 1. ed. - São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GADOTTI, Moacir. Qualidade na educação: uma nova abordagem. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO BÁSICA: QUALIDADE NA APRENDIZAGEM, 2013, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: Rede Municipal de Ensino, 2013. Disponível em: https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/14_02_2013_16.22.16.85d3681692786726aa2c7daa4389040f.pdf. Acesso em: 17 jan. 2022.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Tradução Mana Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2019.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. *Análise textual discursiva*. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM. *Dimensões e desenvolvimento das competências gerais da BNCC*. 2018. Disponível em: https://movimentopelabase.org.br/wpcontent/uploads/2018/03/BNCC_Competicencias_Progressao.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel; ARELARO, Lisete Regina Gomes. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação? *RBPAAE*, v. 35, n. 1, p. 35-56, jan./abr. 2019.

SANTOS, Milton. *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo - Publifolha, 2002.

SILVA, Mônica Ribeiro. Currículo, Ensino Médio e BNCC: um cenário de disputas. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 367-379, jul./dez. 2015.

SILVA, Roberto Rafael Dias da; ESTORMOVSKI, Renata Cecilia. Projetos de vida e a fabricação de subjetividades monetizáveis: uma crítica curricular ao Novo Ensino Médio no Sul do Brasil. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 30, e 14363, 2023. Disponível em: www.upf.br/seer/index.php/rep. Acesso em: 10 jun. 2023.

SIMÕES, Willian; ANDREIS, Adriana Maria Andreis. Anotece na cidade: dilemas e desafios do ensino médio noturno em tempos de reforma. *Revista Contexto & Educação*, Ijuí, v. 34, n. 109, 2019. ISSN 2179-1309. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/8617>. Acesso em: 23 set. 2023.

YOUNG, Michael. A superação da crise em estudos curriculares: uma abordagem baseada no conhecimento. In: FAVACHO, André Márcio Picanço; PACHECO, José Augusto; SALES, Shirlei Rezende (org.). *Currículo, conhecimento e avaliação: divergências e tensões*. Curitiba: CRV, 2013. p. 11-31.

Marlene Koldehoff

Mestre em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)- campus Chapecó/SC. Licenciada em Pedagogia pela (UNIASSELVI/SC) e Bacharel em Direito pela (FACC/SC). Servidora pública federal no Instituto Federal Catarinense – campus Concórdia no cargo Técnico Administrativo em Educação, na função de Assistente de Alunos.

Endereço Profissional: Rodovia SC 283, s/n Fragosos, Concórdia - SC, CEP: 89703-720, Concórdia/SC.

Email: marlene.koldehoff@gmail.com

Adriana Maria Andreis

Doutora em Educação nas Ciências: concentração Geografia (UNIJUI/RS), professora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó/SC, na Licenciatura em Geografia, Mestrado em Geografia (PPGGeo) e Mestrado em Educação (PPGE).

Endereço Profissional: Rua Guaporé, 280, apto. 1104, Edifício Módena, centro. CEP: 89802-300, Chapecó/SC.

Email: adriana.andreis@uffs.edu.br

Recebido para publicação em 18 de outubro de 2023.
Aprovado para publicação em 29 de novembro de 2023.
Publicado em 07 de dezembro de 2023.